IVAN LUÍS MARQUES DA SILVA

Título: O DIREITO PENAL COMO GARANTIA FUNDAMENTAL
(o novo enfoque decorrente da globalização)

Dissertação de Mestrado

Área de concentração: Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia

Orientadora: PROFESSORA TITULAR IVETTE SENISE FERREIRA

Faculdade de Direito – Universidade de São Paulo

São Paulo

2007

IVAN LUÍS MARQUES DA SILVA

Título: O DIREITO PENAL COMO GARANTIA FUNDAMENTAL

(o novo enfoque decorrente da globalização)

Dissertação de mestrado apresentada à Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito Penal, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Direito Penal. Área de concentração: Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia

Orientadora: PROFESSORA TITULAR IVETTE SENISE FERREIRA

Faculdade de Direito – Universidade de São Paulo

São Paulo

2007

IVAN LUÍS MARQUES DA SILVA

Título: O DIREITO PENAL COMO GARANTIA FUNDAMENTAL
(o novo enfoque decorrente da globalização)

Esta dissertação foi julgada adequada para a
obtenção do título de Mestre em Direito Penal e
aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela
Banca Examinadora.

Orientadora: _____

PROFESSORA TITULAR IVETTE SENISE FERREIRA – FDUSP

Banca Examinadora:

PROFESSORA TITULAR IVETTE SENISE FERREIRA – FDUSP

PROFESSOR DOUTOR RENATO DE MELLO JORGE SILVEIRA

PROFESSOR LIVRE DOCENTE GUILHERME DE SOUZA NUCCI

São Paulo : 2007

RESUMO

Este trabalho discute a função garantista do Direito Penal e o impacto do processo de globalização em sua estrutura, com o propósito de destacar e acompanhar as contribuições mais evidentes e significativas da teoria garantista, mesmo no âmbito da sociedade de risco. O Direito Penal vem sendo remodelado pelos novos comportamentos da sociedade de risco, baseado nas mudanças do processo de globalização. O garantismo pode ser entendido como uma teoria crítica do Direito que redefine os conceitos do constitucionalismo, substancializando-os. Três exemplos são apresentados para ilustrar a eficiência do procedimento garantista proposto. A análise permite a descrição da resposta garantista para o desenvolvimento harmônico do Direito Penal, mesmo em situações em que respostas céleres do Legislativo e do Judiciário são necessárias. A figura do juiz deve ser valorizada através do exercício hermenêutico. Relendo o ordenamento jurídico brasileiro a partir da teoria do garantismo penal, estabelece um novo modo de se compreender a maneira pela qual uma lei penal e/ou decisão penal são produzidas.

Palavras-chave: Teoria garantista, globalização, sociedade de risco, Ciência Penal e Direito Penal, princípios, Constituição, desenvolvimento harmônico.

ABSTRACT

This work discusses the garantism function of criminal law and the impact of the globalization process in its structure, with the purpose of detaching and accompanying the most evident and significant contributions of the garantism theory, even at the world risk society situation. The criminal law has been being remodeled by the new risk society behavior, based on the changes of the globalization process. The garantism can be understood as a critical theory of the Right that redefines the concepts of the constitutionalism, imputing to it substance. Three examples are presented to illustrate the efficiency of the garantism characteristics proposed. The analysis allows a description of the garantism's response for the criminal law harmonic development, even in situations in which quick Legislative and Judiciary answers are necessary. The figure of the judge must be valorized through the hermeneutical exercise. Reading over the Brazilian judicial ordering since the penal garantism theory, it establishes a new way to understand how a penal decision and/or a criminal law is produced.

Keywords: Garantism theory, globalization, risk society, Penal Science and criminal law, principles, Constitution, harmonic development.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
-------------------------	----------

Capítulo 1

OS PRINCÍPIOS DO DIREITO PENAL

1. A Ciência do Direito Penal	14
1.1 Conceito	14
1.2 Objetivos	16
1.3 Ciência jurídico-penal realista	17
2. Os princípios norteadores da dogmática penal	18
2.1 Dignidade humana	22
2.2 Legalidade	23
2.3 Presunção de inocência	26
2.4 Culpabilidade	27
2.5 Intervenção mínima e Fragmentariedade	29
2.6 Proporcionalidade	31
2.7 Ofensividade: adequação social e insignificância	34
2.8 Humanização da pena	36
3. O Direito Penal na Constituição Federal	37

Capítulo 2

A GLOBALIZAÇÃO

1. O fenômeno da globalização	41
1.1 Interferência da Economia no Direito Penal	47
1.2 Interferência da globalização na sociedade	52
1.2.1 Surgimento ou aumento dos bens a serem penalmente tutelados	53
1.2.2 Institucionalização da insegurança	54
1.2.3 Descrédito nas demais instâncias de proteção	57
1.2.4 Os gestores atípicos da moral	58
1.3 Interferência da globalização no Direito Penal	60

1.3.1 Hipertrofia da legislação penal	60
1.3.2 Instrumentalização do Direito Penal	61
1.3.3 Simbolismo	62
1.3.4 Flexibilização das garantias	62
2. Sociedade pós-industrial ou sociedade de risco	64
3. O Direito Penal do Inimigo	66

Capítulo 3

OS BENS JURÍDICOS INDIVIDUAIS E SUPRA-INDIVIDUAIS

1. As Declarações de Direitos	70
2. Relação direta entre os bens jurídicos tutelados e os fundamentos do Estado democrático e constitucional de Direito	72
3. Os bens jurídico-penais	75
4. Ampliação da tutela penal para bens jurídicos difusos	81
4.1 Necessidade de proteção <i>versus</i> racionalização	84
5. Manutenção do conceito de bem jurídico	85

Capítulo 4

INTERFERÊNCIAS SOCIAIS E NEOCRIMINALIZAÇÃO

1. Exemplificação de delitos que atingem bens jurídicos difusos	89
1.1 Terrorismo	92
1.2 Delitos econômicos	99
1.3 Delitos ambientais	109

Capítulo 5

CONSIDERAÇÕES INSTRUMENTAIS DO DIREITO PENAL DO RISCO

1. Direito Penal de duas ou três velocidades	119
2. Antecipação da tutela penal	124
2.1 Crimes de perigo abstrato	125
3. Imputação objetiva	128

4. Responsabilidade penal da pessoa jurídica	134
4.1 Opção político-constitucional	135
4.2 Instrumento de expansão do Direito Penal	136
4.3 Incompatibilidades práticas e dogmáticas dessa responsabilização	137
4.4 Os caminhos encontrados	138

Capítulo 6

HARMONIA ENTRE O GARANTISMO E AS NORMAS CRIMINAIS DO RISCO

1. As duas vertentes do Direito Penal	145
1.1 Vertente repressiva: sociedade de Direito como fonte de coerção e repressão	147
1.2 Vertente garantista: proteção do acusado/condenado contra os arbítrios dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário	151
1.3 Harmonização no desenvolvimento das duas vertentes	154
2. Os titulares dessa garantia	158
2.1 Os acusados	159
2.2 Os condenados	160
2.3 A sociedade	161
3. Formas de efetivação – A relegitimação do Direito Penal	163
3.1 Dos princípios para a lei	169
3.2 Núcleo duro e descriminalização	171
3.3 Redução das garantias e aumento da eficácia do Direito Penal: limites objetivos e utilitarismo	173

Capítulo 7

CONCLUSÃO

BIBLIOGRAFIA	192
---------------------------	------------

INTRODUÇÃO

O objeto desse estudo é investigar a função garantista do Direito Penal em face das novas tendências de política criminal surgidas para fazer frente aos recentes problemas sociais derivados do fenômeno chamado globalização.

Conforme Silva Sánchez, a globalização é uma das características definidoras dos modelos sociais pós-industriais. Afirma que essa medida surge como um fenômeno econômico, em princípio, e que se define pela eliminação das restrições e pela ampliação dos mercados.¹ Essa ampliação de cunho econômico, além dos benefícios e facilidades tecnológicas incorporadas em nosso dia a dia, faz surgir conseqüências de proporções preocupantes, materializadas em condutas de difícil previsão não antevistas pelo Direito Penal clássico e atingem a sociedade com danos de larga escala. Essa dificuldade de determinar onde, quando e quanto estrago pode ser causado, traz à tona a idéia de que estamos vivendo em uma sociedade de risco.

O progresso tecnológico dá lugar, no âmbito da delinquência tradicional, à adoção de novas técnicas capazes de produzir resultados especialmente lesivos, derivados do mau uso dessas inovações.

Com base nesse novo contexto, o Direito Penal liberal, com sua vertente protetora da sociedade e do indivíduo, construído em base garantista e legitimado pela compatibilidade com os princípios constitucionais, mostra-se, ao menos *prima facie*, inapto a solucionar problemas intensificados específicos da chamada sociedade de risco, como o terrorismo, os delitos econômicos, os delitos ambientais, entre outros que atingem diretamente os chamados bens jurídicos difusos.

Nesse sentido, Juarez Tavares confirma que o Brasil vive uma expectativa angustiante, qual seja, de controlar movimentos políticos e sociais, sob o respeito de uma ordem constitucional, de um lado, e enfrentar os desafios da miséria, da fome, do desemprego e da violência, sob a perspectiva de um mundo globalizado, de outro.²

A indeterminação das vítimas, os danos em larga escala e o grau de intelecto dos sujeitos ativos dessas infrações penais surgem como problemas aparentemente insolúveis

¹ SILVA SÁNCHEZ, Jesús-María. El Derecho penal ante la globalizacion y la integracion supranacional, p. 65.

² TAVARES, Juarez. A globalização e os problemas de segurança pública, p. 127.

para o Direito Penal clássico que tem na preservação máxima das garantias individuais sua força e, na compatibilidade principiológica, sua legitimidade de atuação.

A barreira garantista formada pelo intocável acervo de princípios constitucionais apresenta-se como verdadeiro obstáculo à relativização dos direitos fundamentais dos sujeitos ativos dos delitos que atingem bens jurídicos supra-individuais, dificultando, quando não impedindo, sua responsabilização e, conseqüentemente, deixando esses bens essenciais, ao menos no plano pragmático, fora do âmbito de proteção da esfera penal.

Em contrapartida, a relativização das garantias fundamentais dos cidadãos, em nome de uma provável e maior efetividade, mostra-se temerária tendo em vista o conseqüente enfraquecimento da segurança jurídica, a indefinição de quem serão os titulares do poder no momento de sua efetivação³ e o retorno da vertente repressiva do Direito Penal às masmorras da Idade Média.

Extremismos à parte, as duas principais tendências de pensamento relacionadas ao tema estão bem delimitadas: a primeira delas tem como base de construção teórica a defesa de bens jurídicos individuais, e o repúdio à neocriminalização e ao aumento indiscriminado de regras penais e sua expansão, inclusive para a proteção de bens jurídicos universais; a segunda posição defende a flexibilização das regras de atribuição de responsabilidades com o intuito de possibilitar ao Direito Penal proteger de forma efetiva os bens jurídicos supra-individuais e, com isso, reduzir seu atingimento a níveis toleráveis.

Este conflito aparente entre o Direito Penal clássico e o Direito Penal da sociedade de risco necessita ser estudado de forma minuciosa para vislumbrarmos se a efetividade do Direito Penal aumenta na exata proporção em que as garantias diminuem.

O Direito Penal mínimo garantista e toda a sua gama de proteção,⁴ desdobramento positivo de todo um processo histórico, onde os inimigos da dignidade humana no campo repressivo eram identificados como os detentores do poder político e econômico, apresenta-se, hoje em dia, fragilizado pela ausência de resultados em tentativas sucessivas de proteção a bens jurídicos difusos.

Na realidade brasileira, a produção legislativa penal e as metas de política criminal mostram-se, em tese, vinculadas aos princípios existentes na Constituição Federal, bem como nas Recomendações Internacionais advindas dos Tratados e outros documentos ratificados pelo Brasil, limitando, desse modo, o campo de atuação do legislador que não

³ A relativização das garantias individuais tende a ampliar o grau de subjetividade das decisões judiciais e, com isso, a susceptibilidade das mesmas à interferências ideológicas e sociais.

⁴ FERRAJOLI, Luigi. *Derecho y razón: teoría del garantismo penal*, *passim*.

está livre para ampliar os limites dos castigos penais e ampliar a rol de condutas criminalmente tuteladas como se estivesse exercendo o poder constituinte originário. Enrique Bacigalupo, ao concluir esse raciocínio de forma sintética, mas não menos completa, afirma que não é o Estado quem outorga os direitos fundamentais, mas sim aquele que deve criar as condições para a sua realização.⁵

Busca-se, através desta pesquisa, viabilizar e localizar um campo de intersecção entre o garantismo e a flexibilização de garantias, pois nenhuma garantia jurídico-valorativa mostra-se como absoluta.

Neste enfoque, traçaremos um paralelo entre as duas vertentes do Direito Penal – Direito Penal máximo e Direito Penal mínimo – e demonstraremos a necessidade do desenvolvimento harmônico das normas penais, observando-se, no momento da produção legislativa criminal, tanto o aspecto repressivo quanto o aspecto garantista da lei, no intuito de tornar visível e delimitado seu objeto, reduzindo a possibilidade de desequilíbrio e irrazoabilidade em seus diplomas legais.

O ponto central desta crítica tem como alvo demonstrar que a redução da criminalidade não se encontra na opção por uma política criminal autoritária e legislativamente inflacionária, e sim em uma política social isonômica acompanhada de leis penais garantistas preocupadas com os limites constitucionais no momento de sua produção e aplicação, sem descuidar da tutela das novas condutas lesivas a bens jurídicos supra-individuais.

A grande indagação do momento reside, exatamente, na dúvida se a eficácia dos métodos de segurança pública deve, necessariamente, implicar a redução ou a eliminação de direitos fundamentais.

Ronald Dworkin demonstra o equívoco do liberalismo quando pressupõe que as opiniões que as pessoas têm sobre o tipo de vida que querem viver são automáticas, quando, na verdade, são produto direito do meio econômico e social onde vivem.⁶ Levando em consideração essa assertiva e tendo em mente o lado nocivo da globalização, principalmente a massificação da informação e o desvirtuamento de valores, a relativização dos direitos e garantias fundamentais daquele que se encontrará no pólo passivo de uma ação penal parece iminente.

Além disso, devemos ter em mente a validade da relativização de algumas garantias fundamentais quando ficam face a face com outras garantias que possuem o mesmo grau

⁵ ENRIQUE BACIGALUPO. *Principios constitucionales de Derecho Penal*, p. 13.

⁶ DWORKIN, Ronald. *Liberalismo, Constitución y democracia*, p. 40.

de relevância para a sociedade, sejam elas individuais ou supra-individuais, e a preocupação com a necessidade, eficácia e utilidade do ordenamento jurídico-penal, sempre respeitando o principal fundamento de nosso Estado constitucional e democrático de Direito: a dignidade da pessoa humana.

O trabalho inicia-se com o estudo dos princípios constitucionais penais que dão suporte ao sistema garantista do Direito Penal. O conceito e os desdobramentos dogmáticos da sociedade pós-industrial, resultado latente do fenômeno *globalização*, surgem como decorrência lógica para posterior confronto de idéias.

Tendo a sociedade pós-industrial em foco, urge estudar a sua interferência na neocriminalização e no aumento repressivo das normas penais.

Ressalta-se a relevância do estudo dos bens essenciais para a existência humana que, quando selecionados pelo legislador – utilizando as diretrizes constitucionais –, tornam-se bens jurídicos. Importante o estudo de sua subdivisão em bens jurídicos individuais e supra individuais. Esses receberam mais cuidados da lei após a percepção da magnitude de destruição e do seu desamparo legal.

A não obtenção de resultados rápidos e de efetividade em sua tutela, utilizando as normas penais do sistema garantista, vem resultando na alteração, inclusão – e incorporação em nosso ordenamento jurídico-penal – de instrumentos de política criminal adotados em outros países.

Dentre essas alterações podemos destacar: *a)* a antecipação exacerbada da tutela penal, em especial com a multiplicação dos crimes de perigo abstrato; *b)* a preocupação com a forma objetiva de imputação; e *c)* com a responsabilidade criminal das pessoas jurídicas.

A demonstração da utilização ampliativa desses instrumentos de política criminal vem corroborar a preocupação demonstrada por Silva Sánchez, quando do estudo do Direito Penal de duas, ou até três velocidades.⁷

A possibilidade de harmonização da vertente repressiva e da garantista, a titularidade do Direito Penal enquanto garantia fundamental e as formas de efetivação dessa garantia encerram o desenvolvimento lógico da pesquisa.

⁷ O autor espanhol descreve três velocidades para o Direito Penal. Uma primeira velocidade, representada pelo Direito Penal da prisão, com a manutenção integral dos princípios do Direito Penal clássico e regras de imputação; uma segunda velocidade com flexibilização principiológica e de regras de imputação unicamente para casos em que a sanção não é a privativa de liberdade; e a terceira velocidade, onde há a flexibilização dos princípios e garantias inclusive para as condutas punidas com sanções privativas de liberdade. *A expansão do Direito Penal: aspectos da política criminal nas sociedades pós-industriais*, p. 148.

A globalização é uma realidade, assim como a sua interferência no Direito Penal. A realidade dos bens jurídicos supra individuais já se incorporou em nosso sistema e a imprescindibilidade de sua tutela impede e esvazia qualquer tentativa de rejeição ideológica e mesmo principiológica do tema. A preocupação não pode mais ficar situada no plano do *‘não pode ser aceito’*, mas deve migrar para ponto futuro: *“como isso deve ser aceito”*.

A preocupação com a manutenção garantista vem à tona, justamente, para filtrar e minimizar os impactos causados pela globalização e sua direta interferência nos ditames de política criminal. Esse impacto político-dogmático é o alvo desse trabalho; é a contribuição que pretendemos dar.

CONCLUSÃO

1. A crise de legitimidade que assola os hodiernos sistemas penais, em particular o brasileiro, está relacionada aos seus fundamentos filosóficos, políticos e jurídicos. Em grande parte, tais fundamentos foram construídos pelo pensamento jurídico Iluminista, que os fez converter em Direito. As Declarações daí oriundas identificaram uma série complexa de vínculos e de garantias estabelecidas para a tutela do cidadão contra o arbítrio punitivo. Mesmo estando amparados pelo *status* constitucional, esses direitos e garantias são constantemente violados pelo legislador ordinário e ignorados pela sua inobservância no momento da aplicação. A crise, de outra parte, assola pelo tempo os mesmos fundamentos clássicos do Direito Penal, ou porque inadequados, ou pior, não satisfatórios, ou porque esmaecidos e subjugados por orientações utilitaristas, pragmáticas e efficientistas.

2. Nesse quadro, compete à Ciência do Direito Penal a árdua tarefa de, em primeiro lugar, sistematizar o ordenamento jurídico-penal, para, em seguida, filtrar, com base nos princípios constitucionais da dignidade humana, da reserva legal, da presunção de inocência, da culpabilidade, da intervenção mínima, da fragmentariedade, da proporcionalidade, da ofensividade e da humanização das penas, as leis que se mostrem incompatíveis com eles, tanto no aspecto formal quanto no substancial.

3. O Direito Penal, reverberando os valores declinados na Carta, deverá submeter seu conteúdo à vontade desta. Os princípios de Direito Penal, o processo de criação das leis penais, e o conteúdo das normas criminais deverão estar em absoluta sintonia com os valores da ordem constitucional, respeitando-os e zelando pela sua aplicação e vigência.

4. A globalização é um fenômeno mundial que atua como um processo uniforme no qual os Estados-nação, culturas nacionais e, conseqüentemente, o Direito são transformados pela integração econômica. Trata-se de um processo que interfere em todos os campos da vida social. A globalização, por atender os anseios da política econômica, foi aceita de forma rápida e integrada aos diplomas nacionais, combinando desenvolvimento econômico com segurança jurídica. A busca pelo lucro rápido foi determinante para o incremento dos

riscos sociais e pelo incremento da legislação penal que continua a correr atrás de um prejuízo que não causou.

5. O Poder Legislativo vem sofrendo forte pressão de causas de expansão do Direito Penal decorrentes do fenômeno da globalização. A velocidade das informações, sua descartabilidade, a perda de referências importantes, como o tempo e o espaço, a ampliação e canalização midiática com a exposição maciça e constante do cometimento de delitos, a institucionalização da insegurança, o descrédito nas demais instâncias de proteção e os gestores atípicos da moral impulsionaram o legislador a instrumentalizar o Direito Penal em busca de uma célere e *aparente* solução para os problemas da criminalidade.

6. Como consequências dessa expansão, o Direito Penal passou a conviver com problemas de ordem dogmática, entre eles: a hipertrofia da legislação penal; a instrumentalização do Direito Penal; o simbolismo negativo de suas leis e a constante flexibilização dos direitos e garantias individuais.

7. No século XX, a partir do segundo pós-guerra, viu-se uma explosão de progresso, marcado por avanços fantásticos no campo da tecnologia. Avanços que, se de um lado trouxeram incontestáveis benefícios, de outro estão a criar situações ameaçadoras à própria sobrevivência da espécie humana. Mesmo com grandes avanços tecnológicos, não foi possível eliminar a criação de riscos. Pelo contrário. Essa pós-modernidade pode ser definida como o estágio em que as formas contínuas de progresso técnico-econômico podem se transformar em autodestruição, em que um tipo de modernização destrói outro e o modifica. Esse risco gera insegurança social e, aliada à sociedade de sujeitos passivos, à influência da opinião popular inflamada pelos meios de comunicação e sua repercussão do Legislativo e à utilização do paternalista Direito Penal como instrumento de efetividade, uma sociedade de risco com um Direito Penal pós-moderno.

8. Como exemplo de sistema jurídico pós-moderno, já em franca expansão global, temos o Direito Penal do *inimigo*. Teoria desenvolvida por Günther Jakobs, o Direito Penal do *inimigo* de Jakobs apresenta-se como uma reação à opção do indivíduo pela habitualidade criminosa e pela ruptura do contrato social com o atingimento da vigência da norma. Esse *inimigo* perderia seu *status* humano e, em consequência, os direitos e garantias próprios,

como a dignidade humana. Esse conjunto de regras em total desrespeito aos princípios constitucionais para combater *inimigos*, não pode ser chamado de Direito Penal, e, o rótulo de *inimigo* para alguns criminosos e para outros não – estabelecido por pessoas e critérios até então desconhecidos –, apresenta-se como o retorno ao Direito Penal do autor, típico da Escola de Kiel. Em ambas as situações, não há amparo científico e muito menos legitimidade constitucional.

9. Desenhado o preocupante quadro ideológico do futuro do Direito Penal na era da globalização, temos obrigação de lembrar e resgatar valores Iluministas que estão sendo esquecidos ou ignorados em nome de uma eventual eficácia no combate à criminalidade, utilizando-se o Direito Penal como instrumento de ataque. Entre os diplomas que construíram verdadeiro aparato histórico de conquistas da dignidade humana na seara penal, merece amplo destaque o acervo de declarações de direitos do homem, fonte de informação responsável pela estrutura das modernas constituições, inclusive a brasileira.

10. Com os direitos subjetivos indicados por Feuerbach e dogmaticamente desenvolvidos por von Liszt, surgiu a relevante figura dos bens jurídico-penais. Com lastro substancial no resultado das declarações de direitos, funcionam como limite objetivo à construção das normas penais.

11. Entretanto, o princípio da exclusiva proteção dos bens jurídicos não impediu a expansão do Direito Penal para tutelar interesses meta-individuais. E assim deveria ter sido. Os interesses difusos como o meio ambiente, a ordem econômica, as relações de consumo, as transações digitais, o sistema financeiro etc. carecem sim da tutela penal e não podiam ficar resguardados apenas pela ameaça de sanções civis e administrativas. Apesar de boa parcela da doutrina entender que o Direito Penal deve rejeitar a tutela de bens difusos, em respeito ao princípio da fragmentariedade, pela manutenção da busca por um Direito Penal mínimo, o sistema jurídico-penal deve tutelar bens jurídicos difusos, quando, direta ou indiretamente, afetem a vida e a qualidade de vida dos indivíduos que compõem a sociedade, pois, a segurança das relações humanas a níveis toleráveis, a ordem econômica substancialmente preocupada com a redistribuição de riquezas e o desenvolvimento social, o meio ambiente ecologicamente equilibrado e utilizado racionalmente são exemplos de bens jurídicos difusos que precisam da força do Direito Penal, mesmo que de forma simbólica, para lutarem por seu atingimento.

12. A manutenção do conceito de bem jurídico deve prevalecer pois, se houver respeito à presença dos bens jurídico-penais presentes na Constituição e respeito aos seus princípios informadores, tanto no âmbito de política criminal quanto no âmbito dogmático, respeitar-se-á o modelo garantista de Direito Penal, independentemente dos interesses por trás das decisões políticas instrumentalizadoras desse direito. O simples fato de o Direito Penal pós-moderno ter tipificado condutas de perigo abstrato, lesionando o princípio da ofensividade, não faz com que o conceito de bem jurídico deva desaparecer. Pelo contrário, o bem jurídico deve sempre atuar ao lado dos princípios da ofensividade e da proporcionalidade. O Direito Penal precisa do bem jurídico presente na Constituição para, ao criminalizar condutas, legitimar, de forma material, o exercício da moderna e constitucionalmente limitada política criminal.

13. O crime e sua dinâmica, como o terrorismo, os crimes ambientais e os crimes econômicos vêm sendo praticados e não sofrem qualquer intimidação pela existência da tutela penal. As estatísticas mostram um aumento dessas ocorrências, não sendo relevante o aumento das penas ou das condutas tipificadas. A política criminal que utiliza a neocriminalização e a neopenalização como formas de atingir os objetivos do Direito Penal mostram-se equivocadas, apesar da necessidade de tutela.

14. Dessa forma, o legislador, em nome da tentativa de solucionar os problemas insolúveis até então, passa a criar instrumentos penais repressores, sempre tentando realçar o caráter intimidatório do Direito Penal, na busca de inibir a opção pela criminalidade. Entre esses instrumentos, podemos destacar a excessiva antecipação da tutela penal com os crimes de perigo abstrato e a responsabilidade penal da pessoa jurídica. Entretanto, do lado oposto, a doutrina e a jurisprudência vêm buscando mitigar a falta de sistematicidade das leis que saem do Congresso com inovações que auxiliam em decisões mais justas pelo intérprete: como a imputação objetiva e o Direito Penal de duas velocidades.

15. A teoria do Direito Penal de duas velocidades foi desenvolvida por Jesús-María Silva Sánchez. As velocidades do Direito Penal estão relacionadas com o grau de intensidade da restrição dos direitos individuais daqueles que são condenados pela justiça criminal e o conseqüente grau de relativização das garantias constitucionais dos agentes ativos dos delitos. Assim, na primeira velocidade do Direito Penal, todas as garantias dos acusados/condenados estariam asseguradas sendo cabível, portanto, a aplicação de pena

privativa de liberdade. A segunda velocidade restringe algumas garantias em troca da não aplicação de pena privativa de liberdade. É o regime jurídico-penal dado aos crimes de menor potencial ofensivo que temos no Brasil.

16. Estamos presenciando uma crescente antecipação da tutela penal, mediante a configuração excessiva de delitos de perigo abstrato, definidos pelo caráter altamente hipotético e até improvável do resultado lesivo e pela descrição aberta e não taxativa da ação. Entendemos que, em alguns casos, a antecipação não apenas é possível, mas é necessária, como no caso dos crimes ambientais, onde não há espaço para o cometimento de crimes, nem para uma análise de custo $\times$ benefício por parte dos agentes ativos dos delitos.

O fenômeno da globalização econômica modelou uma nova sociedade. Os riscos da atual sociedade impõem a flexibilização do princípio da ofensividade na seara penal em nome da própria sobrevivência da espécie humana, em especial com relação à preservação do meio ambiente, que, ausente, esvaziada estará a razão de ser do Direito Penal, do Direito em si e da própria tutela das relações humanas, por inexistência de destinatários para a norma. Tipifica-se a conduta no seu nascedouro, impedindo o resultado naturalístico. A utilização dessa modalidade de tipificação fica restrita para a proteção de bens jurídicos indispensáveis para a manutenção da vida e da integridade física da humanidade e das gerações futuras.

17. O simples fato da imputação objetiva viabilizar uma análise *ex ante* da responsabilidade criminal e uma eventual análise posterior amplia as garantias dos indivíduos. Levando à teoria do fato típico a idéia do risco, harmoniza-se e aproxima-se a difícil tarefa da responsabilidade penal com a sociedade do risco e suas peculiaridades, entre elas, a celeridade das relações sociais e o surgimento de fatos novos. Assim, a relação entre o ontologismo finalista e a lei, que nem sempre andam juntos tendo em vista a celeridade trazida pela globalização, não mais deixa lacunas, suplantadas pelo sistema jurídico-penal aberto e pelas análises normativas do funcionalismo moderado de Roxin.

18. A ampliação da magnitude dos danos causados após o desenvolvimento das empresas é fato notório. Quanto maior a empresa, maior é a potencialidade de causar grandes problemas naturais e sociais. A prática de crimes valendo-se das pessoas jurídicas e em benefício dessas mesmas instituições ampliou-se em demasia. Esse novo modelo de

criminalidade, tendo em vista as suas primordiais atividades, veio à tona e foi potencialmente ampliado pelo mau uso dos avanços tecnológicos desenvolvidos pela Ciência em troca do lucro cada vez maior e mais rápido. A responsabilidade penal da pessoa jurídica surgiu como instrumento de política criminal que tem como objetivo coibir, de forma preventiva, a prática de crimes no âmbito empresarial e solucionar o problema da quase impossibilidade de identificação da pessoa física que determinou a prática do ato criminoso, bem como do executor desse mesmo delito, além das hipóteses de obediência hierárquica e da necessária observância da função social da empresa.

Boa parcela da doutrina entendeu os reclames da política criminal e a necessidade deontológica de criminalizar condutas de pessoas jurídicas. Assim, as lacunas dogmáticas vêm sendo gradativamente superadas e o ordenamento jurídico-penal brasileiro vai se uniformizando com o dos demais países em busca da solução contra a utilização nefasta de empresas para a prática de crimes e para iludir a justiça criminal. Essa má utilização das empresas expõe bens jurídicos de relevância constitucional a discussões doutrinárias infundáveis e preconcebidas de ambas as partes, fazendo com que os indivíduos, em especial dos países que ainda não aceitaram essa teoria como instrumentalização necessária, sofram as desagradáveis consequências da manutenção da degradação ambiental descontrolada.

19. O problema da tutela de bens jurídicos difusos não está na essência da tutela ou no ramo do Direito onde ela se dará. Encontra-se na deficiência hermenêutica que assola a dogmática brasileira. A aplicação puramente positivista de regras anteriores à Constituição cidadã e imediatistas de regras posteriores, mas despretensiosas em relação à Carta Magna leva a injustiça – ou a simples ausência de justiça – do plano abstrato para o plano concreto. A atual política criminal deitou-se sobre o manto repressivo do Direito Penal e ignora a cada dia a existência de sua outra face garantista, desequilibrando, dessa forma, o sistema.

As decisões mecanicistas, produzidas em série, que não levam em conta a realidade e as metas sociais explicitadas pelo constituinte, contribuem diariamente para a manutenção de um Estado puramente de Direito, e nada democrático.

20. Os três Poderes da República que interferem no sistema criminal têm a obrigação de buscar a harmonia entre a vertente repressiva e a vertente garantista do Direito Penal. Esse

equilíbrio entre a necessidade da pena e a manutenção da liberdade é um direito fundamental que deve estar assegurado pelo sistema jurídico-penal neoconstitucionalista.

21. Todos os membros da sociedade têm direito à esse Direito Penal relegitimado: os suspeitos, os indiciados, os acusados, os condenados e a vítima (concreta ou potencial). Trata-se de um direito difuso sob o ângulo da sociedade, e individual quanto aos sujeitos ativos dos delitos.

22. Ao levar o pós-positivismo para o sistema jurídico-penal, não se defende sua ida para o extremo da hermenêutica, ou seja, um Estado de Juízes, onde a valoração histórico-cultural de cada aplicador da Lei selaria diferentes soluções para casos idênticos. O que se espera é o equilíbrio entre o positivismo estrito e o despotismo judicial.

23. O conteúdo buscado pode ser encontrado ao utilizar-se os “lâmpioes constitucionais”, regulamentados em forma de princípios que, ao contrário de um pensamento estritamente antropocentrista, não é fruto exclusivo de opções políticas, e sim conquistas históricas de toda a humanidade que, ao longo de seu próprio sofrimento, percebeu, ao menos, o que não queria para ela e plasmou sua quase unanimidade pela vontade da maioria.

24. A instrumentalização dessa proposta passa necessariamente pelo Poder Judiciário. É na judicatura que deve estar presente o mais importante exercício hermenêutico: a compatibilidade entre a lei ordinária e as regras materialmente constitucionais. Para adimplir os anseios deônticos, não será preciso reinventar a ordem jurídica, que já está exacerbada de tentar solucionar os problemas sociais e atingir os fundamentos do Estado democrático de Direito editando leis de forma ininterrupta.

25. A fase pós-positivista do Direito tomará corpo quando magistrados, lastreados pelo rico acervo dogmático acadêmico e pela sua própria consciência e sensibilidade social, exercerem a judicatura de forma responsável, ou seja, aplicando os ditames de nossa Constituição dirigente, direcionados pelos princípios constitucionais, aos casos concretos que lhes batem à porta do gabinete.

26. Não se espera que o Judiciário resolva os problemas sociais do País, nem que chame para si a implementação das políticas públicas que o Executivo e o Legislativo insistem em

não cumprir. O que se espera é que as decisões na seara criminal tenham, além da vertente garantista, cunho social e exclusivo, de acordo com a situação prática apresentada.

27. Felizmente, a relegitimação do Direito Penal que se propõe já foi iniciada. A força normativa dos princípios, a hermenêutica constitucional social e o controle difuso de constitucionalidade já vêm sendo utilizados pela magistratura. Há decisões judiciais aplicando de forma corriqueira o princípio da insignificância. Há decisões judiciais que, ao contrário da atividade quase braçal de sentenciar o mesmo pelo mesmo, por entenderem, em controle constitucional difuso, que uma lei ofendeu ditames e garantias fundamentais, absolvem com base na força normativa dos princípios, preservando e enaltecendo os valores expressos e implícitos nas normas superiores.

28. Dessa forma, não há utopia ou excesso de academicismo nas propostas derivadas dessa dissertação. Pelo contrário. Trata-se de uma pesquisa feita com base na realidade, com dados da realidade e dirigida para a realidade. O campo deôntico morreria na solidão se não pudesse influenciar, de forma tangível, a tão equivocada, e não menos importante, dogmática.

Por isso, propõe-se inicialmente e com base na dogmática apresentada nesse trabalho, a descriminalização de toda a Lei de Contravenções Penais (LCP); dos crimes de: alteração de limites; esbulho possessório; supressão de marca em animais; abandono de animais em propriedade alheia; apropriação de coisa havida por caso fortuito; apropriação de tesouro; fraude no comércio; fraude à execução; exercício de atividade com infração de decisão administrativa; casa de prostituição; ato obsceno; escrito ou objeto obsceno; bigamia; conhecimento prévio de impedimento a casamento; omissão de notificação de doença; charlatanismo; curandeirismo; reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica; comunicação falsa de contravenção; assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura; todos do Código Penal.

Esse exercício deve ser feito em duas frentes: em primeiro lugar pelo Poder Legislativo através do mecanismo de revogação expressa desses dispositivos, como fez com a expressão “mulher honesta”. Em segundo lugar, pelo Poder Judiciário que precisa mostrar coragem para absolver pela atipicidade do fato frente à sua inconstitucionalidade, em controle difuso, sem utilizar a *falta de provas* como válvula de escape e alívio moral.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA FILHO, Agassiz. *Sociedade e cultura em evolução*. Campinas: Edicamp, 2004.
- ANTOLISEI, Francesco. *Manuale de Diritto Penale – Parte generale*. 5. ed. Milano: Giuffrè, 1963.
- ARAÚJO JÚNIOR, João Marcello de. Os crimes contra o sistema financeiro no esboço de nova parte especial do Código Penal de 1994. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n. 11. São Paulo: RT, 1995.
- ASHWORTH, Andrew. *Principles of criminal law*. 4. ed. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- BARATTA, Alessandro. Criminologia e dogmática penal: passado e futuro do modelo integral da ciência penal. *Revista de Direito Penal*, n. 31. Rio de Janeiro: Forense, jan.-jun. 1981.
- . Defesa dos direitos humanos e política criminal. *Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade*. Rio de Janeiro: Revan, v. 2, n. 3, 1997, p. 57.
- . Principi del Diritto Penale minimo: per una teoria dei diritti umani come oggetti e limiti della legge penale. *Dei Delitti e delle Pene*. Bari, v. 3, set-dic. 1985.
- BARROS, Marco Antonio de. *A busca da verdade no processo penal*. São Paulo: RT, 2002.
- BATISTA, Nilo. Notas históricas sobre a teoria do delito no Brasil. *Ciências Penais*. n. 1. São Paulo: RT, 2004, p. 113.
- . *Introdução crítica ao Direito Penal brasileiro*. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1990.
- BECK, Ulrich. *O que é globalização? Equívocos do globalismo, respostas à globalização*. Trad. André Carone. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- BETTIOL, Giuseppe. *Direito Penal*. t. I, II e III. Trad. Alberto Silva Franco e Paulo José da Costa Júnior. São Paulo: RT, 1977.
- BIANCHINI, Alice. *Pressupostos materiais mínimos da tutela penal*. São Paulo: RT, 2002.
- ; GOMES, Luiz Flávio. *O Direito Penal na era da globalização*. Série as Ciências Criminais no Século XXI, vol. 10. São Paulo: RT, 2002.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de Direito Penal*. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2006, vols. 1, 2, 3 e 4.

- . Princípios garantistas e a delinquência do colarinho branco. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n. 11. São Paulo: RT, 1995.
- BOBBIO, Norberto. *Teoria do ordenamento jurídico*. 10. ed. Trad. Maria Celeste C. J. Santos. Brasília: UNB, 1999.
- . *Teoria da norma jurídica*. 2. ed. Trad. Fernando Pavan Baptista e Ariani Bueno Sudatti. Bauru: Edipro, 2003.
- BONESANA, Cesare. *Dos delitos e das penas*. Trad. Lucia Guidicini e Alessandro Berti Contessa. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BRABYN, Janice. Murderous intent and the common law. *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Macau*. Macau, v. 1, n. 3, 1997. p. 155.
- BRITO, Raymundo. *Direito Penal fascista*. Rio de Janeiro: A. Coelho Filho Editor, 1938.
- BRUNO, Aníbal. *Direito Penal*. t. I, II e III. Rio de Janeiro: Forense, 1967.
- . *Das penas*. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1976.
- BUSTOS RAMÍREZ, Juan. *Bases críticas de un nuevo Derecho Penal*. Bogota: Conosur, 1994.
- . *Control social y sistema penal*. Barcelona: PPU, 1987.
- . *Pena y estado*. Santiago: Conosur, 1995.
- CABETTE, Eduardo Luiz Santos. *Responsabilidade penal da pessoa jurídica*. Curitiba: Juruá, 2003.
- CALLEGARI, André Luiz; GIACOMOLLI, Nereu José (Coords.). *Direito penal e funcionalismo*. São Paulo: Livraria do Advogado, 2005.
- CAMARGO, Antônio Luís Chaves. *Imputação objetiva e Direito Penal brasileiro*. São Paulo: Cultural Paulista, 2002.
- . *Motivo, vontade, intenção, dolo*. Tese de Livre Docência em Direito Penal. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.
- . *Sistema de penas, dogmática jurídico-penal e política criminal*. São Paulo: Cultural Paulista, 2002.
- CAMARGO, Joaquim Augusto de. *Direito Penal brasileiro*. 2. ed. São Paulo: RT - FGV, 2005.
- CANCIO MELIÁ, Manuel; JAKOBS, Günther. *Derecho penal del enemigo*. Buenos Aires: Hammurabi, 2005.
- ; SUÁREZ GONZÁLEZ, Carlos; PEÑARANDA RAMOS, Enrique. *Um novo sistema do Direito Penal*. Trad. André Luis Callegari e Nereu José Giacomolli. Barueri: Manole, 2003.

- CARBONELL, Miguel; SALAZAR, Pedro. *Garantismo. Estudios sobre el pensamiento jurídico de Luigi Ferrajoli*. Madrid: Trotta, 2005.
- CARNELUTTI, Francesco. *As misérias do processo penal*. Trad. Luís Fernando Lobão de Moraes. Campinas: Edicamp, 2002.
- CARRARA, Francesco. *Programa do curso de Direito Criminal*. Trad. José Luiz Franceschini e Prestes Barra. São Paulo: Saraiva, 1956. vols. 1 e 2.
- CARVALHO, Amilton Bueno de. *Reformas penais em debate*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.
- CARVALHO, Érika Mendes de; PRADO, Luiz Regis. *Teorias da imputação objetiva do resultado: uma aproximação crítica a seus fundamentos*. 2. ed. São Paulo: RT, 2006.
- ; ———. A imputação objetiva no Direito Penal brasileiro. *Ciências Penais*, n. 3. São Paulo: RT, 2005.
- CARVALHO, Márcia Dometila Lima de. *Fundamentação constitucional do Direito Penal*. Porto Alegre: SAFE, 1992.
- CARVALHO, Salo de. Supérfluos fins (da pena): constituição agnóstica e redução de danos. *Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais*, n. 156, nov. 2005.
- . Teoria agnóstica da pena: o modelo garantista de limitação do poder punitivo. In: CARVALHO, Salo de (Org.). *Crítica à execução penal*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002.
- CARVALHO FILHO, Luís Francisco. *Pena de morte*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- CEREZO MIR, José. *Temas fundamentales del Derecho Penal*. tomo III. Colección Autores de Derecho Penal. In: ALBERTO DONNA, Edgardo (Org.). Buenos Aires: Rubinzal-Culzoni Editores, 2006.
- . Ontologismo e normativismo na teoria finalista. *Ciências Penais*. n. 00. São Paulo: RT, 2004, p. 9.
- CERNICCHIARO, Luiz Vicente. Direito Penal Tributário – Observações de aspectos da teoria geral do Direito Penal. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n. 11. São Paulo: RT, 1995.
- ; COSTA JUNIOR, Paulo José da. *Direito penal na Constituição*. 3. ed. São Paulo: RT, 1995.
- CERQUEIRA, Átilo Antonio. *Direito penal garantista & a nova criminalidade*. Curitiba: Juruá, 2003.
- CERVINI, Raúl. Derecho Penal económico – Concepto y bien jurídico. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n. 43. São Paulo: RT, 2003.

———; TAVARES, Juarez. *Princípios de cooperação judicial penal internacional no protocolo do Mercosul*. São Paulo: RT, 2000.

CHIES, Luiz Antônio Bogo. É possível ter-se o abolicionismo como meta, admitindo-se o garantismo como estratégia. *Revista de Estudos Criminais*. v. 2, n. 5. Porto Alegre, 2002. p. 125.

CIPRIANI, Mário Luís Lírio. Direito penal econômico e legitimação da intervenção estatal – Algumas linhas para a limitação ou não-intervenção penal no domínio econômico à luz da função da pena e da política criminal. In: D’AVILA, Fabio Roberto e SOUZA, Paulo Vinicius Sporleder de (Coords.). *Direito Penal secundário: Estudos sobre crimes econômicos, ambientais, informáticos e outras questões*. São Paulo - Coimbra: RT - Coimbra Editora (Co-edição), 2006.

COBO DEL ROSAL, Manuel; VIVES ANTÓN, Tomás S. *Derecho Penal: parte general*. 5. ed. Valencia: Tirant lo Blanch, 1999.

COELHO, Fábio Ulhoa. *Lógica jurídica: uma introdução. Um ensaio sobre a logicidade do Direito*. São Paulo: Educ, 1995.

COELHO, Yuri Carneiro. *Bem jurídico-penal*. Ciências Criminais, v. 8. Belo Horizonte: Mandamentos, 2003.

CORRÊA JUNIOR, Alceu. *Confisco penal – Alternativa à prisão e aplicação aos delitos econômicos*. São Paulo: IBCCRIM, 2006.

COSTA, Elder Lisboa Ferreira da. Os delitos econômicos da atualidade. O crime do colarinho-branco e a lavagem de dinheiro. In: D’AVILA, Fabio Roberto e SOUZA, Paulo Vinicius Sporleder de (Coords.). *Direito Penal secundário: Estudos sobre crimes econômicos, ambientais, informáticos e outras questões*. São Paulo: RT – Coimbra Editora (Co-edição), 2006.

COSTA JUNIOR, Paulo José da; CERNICCHIARO, Luiz Vicente. *Direito penal na Constituição*. 3. ed. São Paulo: RT, 1995.

CREUS, Carlos. ¿Garantismo vs. Funcionalismo? *Nueva Doctrina Penal*. n. B. Buenos Aires: Del Puerto, p. 609.

DEL VECCHIO, Giorgio. *Princípios gerais do direito*. Líder, 2003.

DEMETRIO CRESPO, Eduardo. Do Direito Penal liberal ao Direito Penal do inimigo. *Ciências Penais*. n. 1. São Paulo: RT, 2004, p. 9.

DEODATO, Felipe Augusto Forte de Negreiros. Qual o caminho seguro para uma *Gesamte Strafrechtswissenschaft*, nesses tempos de fatos puníveis secundários? In: D’AVILA, Fabio Roberto e SOUZA, Paulo Vinicius Sporleder de (Coords.). *Direito Penal*

- secundário*: Estudos sobre crimes econômicos, ambientais, informáticos e outras questões. São Paulo: RT – Coimbra Editora (Co-edição), 2006.
- DÍEZ RIPOLLÉS, José Luis. *A racionalidade das leis penais*. Trad. Luiz Regis Prado. São Paulo: RT, 2005.
- . La contextualización del bien jurídico protegido en un Derecho Penal garantista. *Ciencias Penales: Revista de la Asociación de Ciencias Penales de Costa Rica*. San José, v. 10, n. 15, 1998. p. 15.
- . Exigencias sociales y política criminal. *Claves de razón práctica*, n. 85. Madrid: Promotora General de Revistas, 1998.
- . O Direito Penal simbólico e os efeitos da pena. *Ciências Penais*, n. 0. São Paulo: RT, 2004.
- . Um modelo dinâmico de legislação penal. *Ciências Penais*, n. 4. São Paulo: RT, 2006.
- DOTTI, René Ariel. *Reforma penal brasileira*. Rio de Janeiro: Forense, 1988.
- . A crise do sistema penitenciário. *Anais do Congresso Nacional de Execução Penal – 3 a 5 de setembro 2003*. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.
- . A incapacidade criminal da pessoa jurídica (uma perspectiva do direito brasileiro). *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n. 11. São Paulo: RT, 1995.
- . *Bases e alternativas para o sistema de penas*. São Paulo: Saraiva, 1980.
- . Ecologia. *Enciclopédia Saraiva do Direito*, v. 29. São Paulo: Saraiva, 1977.
- DWORKIN, Ronald. *Liberalismo, Constitución y Democracia*. Buenos Aires: La Isla de la Luna, 2003.
- ELUF, Luiza Nagib. A explosão da criminalidade. *Anais do Congresso Nacional de Execução Penal*. Rio de Janeiro: CEJUR, 2003.
- ENRIQUE BACIGALUPO. *Principios constitucionales de Derecho Penal*. Buenos Aires: Hammurabi, 1999.
- . Sobre a teoria da ação finalista e sua significação no Direito Penal. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. n. 52. São Paulo: RT, 2005.
- EXSHAW, Y. Eldon. La definición des infractions dans le droit criminel anglais et irlandais. *Revue de Science Criminelle et de Droit Pénal Comparé*. n. 2, Paris, 1960. p. 219.
- FARIA, Bento de. *Código penal brasileiro comentado*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1961, vol. 1.

- FARIA, José Eduardo. As transformações do Direito. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n. 22. São Paulo: RT, 1998.
- FARIA COSTA, José Francisco. *O perigo em Direito Penal: contributo para a sua fundamentação e compreensão dogmáticas*. Coimbra: Coimbra Editora, 2000.
- FERNANDES, Antonio Scarance. Considerações sobre a Lei 8.072, de 25 de julho de 1990 – crimes hediondos. *Revista dos Tribunais*, n. 660. São Paulo: RT, 1990.
- FERRAJOLI, Luigi. *Derecho y razón: teoría del garantismo penal*. Madrid: Trotta, 1995.
- . *Direito e razão: teoria do garantismo penal*. 2. ed. São Paulo: RT, 2006.
- . Garantias. *Revista do Ministério Público*. Lisboa, v. 22, n. 85, jan.-mar. 2001.
- . Il Diritto Penale minimo. *Dei delitti e delle Pene*. Bari, v. 3, set.-dic. 1985.
- . Sobre el papel cívico y político de la ciencia penal en el estado constitucional de derecho. *Crimen y Castigo*. Buenos Aires, v. 1, n. 1, 2001. p. 17.
- . O direito como sistema de garantias. *O Novo em Direito e Política*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997, p. 90.
- FERREIRA, Ivette Senise. *Tutela penal do patrimônio cultural*. São Paulo: RT, 1995.
- . Direito Penal primitivo. *Enciclopédia Saraiva do Direito*. São Paulo: Saraiva, 1977. v. 27.
- FERREIRA, Pinto. Eficácia (Direito Constitucional). *Enciclopédia Saraiva do Direito*, v. 30. São Paulo: Saraiva, 1977.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *O poder constituinte*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- FERRI, Enrico. *Discursos Forenses (Defesas Penais)*. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- . *Princípios de direito criminal*. Campinas: Bookseller, 1999.
- FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias; TOURINHO NETO, Fernando da Costa. *Juízados Especiais Estaduais Cíveis e Criminais: Comentários à Lei 9.099/95*. 4. ed. São Paulo: RT, 2005.
- FIGUEIREDO DIAS, Jorge de. *Questões fundamentais do Direito Penal revisitadas*. São Paulo: RT, 1999.
- . *Direito Penal: parte geral*. Coimbra: Coimbra Editora, 2004.
- . O Direito Penal entre a “sociedade industrial” e a “sociedade do risco”. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n. 33. São Paulo: RT, 2001, p. 39 a 65.
- FLETCHER, George P. Lo justo y lo razonable. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. n. 54. São Paulo: RT, 2005, p. 43.

- FONTÁN BALESTRA, Carlos. *Misión de garantía del Derecho Penal*. Buenos Aires: Editorial Depalma, 1950.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 30. ed. Trad. Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 2005.
- FRAGOSO, Heleno Cláudio. *Conduta punível - Dissertação para Livre Docência da Cadeira de Direito Penal na Faculdade Nacional de Direito*. São Paulo: José Bushatsky, 1961.
- . *Direito penal e direitos humanos*. Rio de Janeiro: Forense, 1977.
- . *Lições de Direito Penal – Parte geral*. São Paulo: Bushatsky, 1976.
- FRANÇA, Rubens Limongi. Bem jurídico. *Enciclopédia Saraiva do Direito*. São Paulo: Saraiva, 1977. v. 10.
- FRANCO, Alberto Silva. *Crimes hediondos*. 5. ed. São Paulo: RT, 2005.
- . O juiz e o modelo garantista. *Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais*, n. 56. São Paulo, p. 2.
- . Mundo às avessas. *Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais*, n. 168 (Editorial). São Paulo, p. 1.
- FREIRE, Christiane Russomano. *A violência do sistema penitenciário brasileiro contemporâneo: o caso do RDD (Regime Disciplinar Diferenciado)*. São Paulo: IBCCRIM, 2005.
- FREIRE, Ranulfo de Melo. O crime e o castigo. *Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais*, n. 33, São Paulo, set. 1995.
- FREITAS, Gilberto Passos de; FREITAS, Vladimir Passos de. *Crimes contra a natureza: de acordo com a Lei 9.605/1998*. 8. ed. São Paulo: RT, 2006.
- FREITAS, Ricardo de Brito A. P. Globalização e sistema penal. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n. 43. São Paulo: RT, 2003.
- GALVÃO, Fernando. *Responsabilidade penal da pessoa jurídica*. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.
- GARCIA, Basileu. *Instituições de Direito Penal*. t. I e II. 4.ed. São Paulo: Max Limonad, 1978.
- GARCIA-PABLOS DE MOLINA, Antonio. *Criminologia*. Trad. Luiz Flávio Gomes. São Paulo: RT, 1992.
- GIACOMOLLI, Nereu José. Função garantista do princípio da legalidade. *Revista Ibero-americana de Ciencias Penais*. Porto Alegre, v. 1, n. 0, 2000. p. 41.

- GIMBERNAT ORDEIG, Enrique. *Conceito e método da ciência do Direito Penal*. São Paulo: RT, 2002.
- GOMES, Luiz Flávio. *Norma e bem jurídico no Direito Penal*. São Paulo: RT, 2002.
- . O Direito Penal a serviço da cultura da satisfação. *Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais*, n. 33, São Paulo, set. 1995.
- . *Direito penal – Teoria constitucionalista do delito*. São Paulo: RT, 2004.
- . *Princípio da ofensividade no Direito Penal*. São Paulo: RT, 2002.
- ; BIANCHINI, Alice. *O Direito Penal na era da globalização*. Série as Ciências Criminais no Século XXI, vol. 10. São Paulo: RT, 2002.
- ; YACOBUCCI, Guillermo Jorge. *As grandes transformações do Direito Penal tradicional*. São Paulo: RT, 2005.
- GOMES, Mariângela Gama de Magalhães. *O princípio da proporcionalidade no Direito Penal*. São Paulo: RT, 2003.
- GRACIA MARTÍN, Luís. O finalismo como método sintético real-normativo para a construção da teoria do delito. *Ciências Penais*, n. 2. São Paulo: RT, 2005, p. 5-28.
- . *Prolegómenos para la lucha por la modernización y expansión del derecho. penal y para la crítica del discurso de resistencia*. Valencia: Tirant lo Blanch, 2003.
- . *El horizonte del finalismo y el derecho penal del enemigo*. Valencia: Tirant lo Blanch, 2005.
- GRECO, Alessandra Orcesi Pedro. *A autocolocação da vítima em risco*. São Paulo: RT, 2004.
- . Vítima, consentimento e imputação objetiva. *Ciências Penais*, n. 1. São Paulo: RT, 2004, p. 185.
- GRECO, Luís. Sobre o chamado Direito Penal do inimigo. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n. 56. São Paulo: RT, 2005, p. 80-112.
- GRECO, Rogério. *Direito penal do equilíbrio: uma visão minimalista do Direito Penal*. Niterói: Impetus, 2005.
- GRECO FILHO, Vicente. Intuição e prova processual. *Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais*, n. 128. São Paulo, jul. 2003.
- . Algumas observações sobre o Direito Penal e a Internet. *Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais*, n. 95 esp. São Paulo, out. 2000.
- GUARAGNI, Fábio André. *As teorias da conduta em Direito Penal: um estudo da conduta humana do pré-causalismo ao funcionalismo pós-finalista*. Série as Ciências Criminais no Século XXI, vol. 12. São Paulo: RT, 2005.

- GUIMARÃES, Claudio Alberto Gabriel. O impacto da globalização sobre o Direito Penal. *Ciências Penais*, n. 1. São Paulo: RT, 2004, p. 246.
- GUIMARÃES, Mário. *O juiz e a função jurisdicional*. Rio de Janeiro: Forense, 1958.
- GUIMBERNAT ORDEIG, Enrique. *Conceito e método da ciência do Direito Penal*. Trad. José Carlos Gobbis Pagliuca. São Paulo: RT, 2002.
- HÄBERLE, Peter. *Hermenêutica constitucional: a sociedade aberta dos intérpretes da Constituição. Contribuição para a interpretação pluralista e 'procedimental' da Constituição*. Trad. Gilmar Mendes. Porto Alegre: SAFE, 1997.
- HAMMURABI. *Código de Hammurabi*. Trad. do original cuneiforme E. Buzon. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1976.
- HASSEMER, Winfried. *Crítica al Derecho Penal de hoy: norma, interpretación, procedimiento. Límites de la prisión preventiva*. Trad. Patricia S. Ziffer. Buenos Aires: Ad Hoc, 1998.
- . A preservação do ambiente através do Direito Penal. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n. 22. São Paulo: RT, 1998.
- . *Fundamentos del Derecho Penal*. Trad. Francisco Muñoz Conde e Luiz Arroyo Zapatero. Barcelona: Bosch, 1984.
- . Perspectivas de uma moderna política criminal. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n. 8. São Paulo: RT, 1994.
- . Límites del estado de Derecho para el combate contra la criminalidad organizada: tesis y razones. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n. 23. São Paulo: RT, 1998.
- HESSE, Konrad. *A força normativa da Constituição*. Trad. Gilmar Ferreira Mendes, diretamente da edição alemão de 1959 (*Die normative kraft der verfassung*. Tübingen: J. C. B. Mohr, 1959). Porto Alegre: SAFE, 1991.
- HIRSCH, Hans Joachim. Sobre o estado atual da dogmática jurídico-penal na Alemanha. Trad. Luís Greco. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n. 58. São Paulo: RT, 2006.
- . *Derecho Penal. Obras Completas*. Libro Homenaje. t. II. Buenos Aires: Editorial Rubinzal Culzoni, 2000.
- HORMAZÁBAL MALARÉE, Hernán. *Bien jurídica y Estado Social y Democrático de Derecho: el objeto protegido por la norma penal*. 2. ed. Santiago: Editorial Jurídica Conosur, 1992.
- IHERING, Rudolf von. *A Luta pelo Direito*. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- JAKOBS, Günther. *A imputação objetiva no Direito Penal*. Trad. André Luis Callegari. São Paulo: RT, 2000.

- . *Ciência do direito e ciência do Direito Penal*. Barueri, SP: Manole, 2003.
- . *Fundamentos do Direito Penal*. Trad. André Luis Callegari. São Paulo: RT, 2003.
- ; CANCIO MELIÁ, Manuel. *Derecho penal del enemigo*. Buenos Aires: Hammurabi, 2005.
- ; STRUENSE, Eberhard. *Problemas capitales del derecho penal moderno*. Libro homenaje a Hans Welzel a los 20 años de su fallecimiento. Buenos Aires: Hammurabi, 1998.
- JIMENEZ DE ASÚA, Luis. *Princípios de Derecho Penal. La ley y el delito*. 3. ed. Buenos Aires: Sudamericana, 1989.
- . *Tratado de Derecho Penal*. v. 1., 5. ed. Buenos Aires: Losada, 1992.
- KELSEN, Hans. *Teoria Pura do Direito*. 3. ed. Trad. J. Cretella Jr. e Agnes Cretella. São Paulo: RT, 2003.
- KIELING, Antônio Carlos. Paradigmas para um novo intérprete do Direito a Hermenêutica Jurídica e suas (de)cifrações. *Texto inserido na Academia Brasileira de Direito em 17.10.2006*. Disponível em: <http://www.abdir.com.br/doutrina/ver.asp?art_id=697&categoria=TGD> Acesso em: 17 de outubro de 2006.
- LEAL, César Barros. Alcances y perspectivas de la prevención y del control social como instrumentos de política criminal. *Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal*, n. 6. Porto Alegre: Magister, 2004.
- LEAL, João José. *Crimes hediondos: aspectos político-jurídicos da Lei 8.072/90*. São Paulo: Atlas, 1996.
- LEVORATO, Danielle Mastelari. *Responsabilidade penal da pessoa jurídica nos crimes ambientais*. São Paulo: RT, 2006.
- LISZT, Franz von. *A Teoria Finalista no Direito Penal*. Campinas: LZN, 2003.
- . *Tratado de Derecho Penal*. 4. ed. Trad. de la 20 edición alemana. Trad. Luis Jiménez de Asúa e Quintiliano Saldaña. Madrid: Editorial Reus, 1999. t. I e II.
- LOPES, Jair Leonardo. *Curso de Direito Penal: Parte geral*. 4. ed. São Paulo: RT, 2005.
- LOTKE, Eric. A dignidade humana e o sistema de justiça criminal nos Estados Unidos da América. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n. 24. São Paulo: RT, 1998, p. 39-52.
- LUIZI, Luiz. *Os princípios constitucionais penais*. 2. ed. Porto Alegre: SAFE, 2003.
- . Direitos humanos – Repercussões penais. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n. 21. São Paulo: RT, 1998, 75-80.

- . Notas sobre a responsabilidade penal das pessoas jurídicas. In: PRADO, Luiz Regis (Coord.) *Responsabilidade penal da pessoa jurídica: em defesa do princípio da imputação penal subjetiva*. São Paulo: RT, 2001.
- LUHMANN, Niklas. El concepto del riesgo. In: BERIAIN RAZQUIN, Josetxo; ITURRATE, José Luis. *Para comprender la teoría sociológica*. Estella-Navarra: Verbo Divino, 1998.
- LUNA, Everardo da Cunha. Bem jurídico (Direito Penal). *Enciclopédia Saraiva do Direito*, v. 10. São Paulo: Saraiva, 1977.
- MACHADO, Marta Rodriguez de Assis. *Sociedade do risco e Direito Penal*. São Paulo: IBCCRIM, 2005.
- MADEIRA, Ligia Mori. A atuação da sociedade civil no apoio a egressos do sistema penitenciário. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. n. 53, 2005. p. 277.
- MARTÍNEZ-BUJAN PÉREZ, Carlos. (Prólogo). In: BANDARIZ GARCÍA, José Ángel e PUENTE ABA (Coords.) *Nuevos retos del Derecho Penal en la era de la globalización*. Valencia: Tirant lo Blanch, 2004.
- MATTOS, Adherbal Meira. Verbete: Declaração Universal dos Direitos Humanos. *Enciclopédia Saraiva do Direito*, v. 22. São Paulo: Saraiva, 1977.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*. 8. ed. São Paulo: Malheiros, 1996.
- MIR PUIG, Santiago. *Introducción a las bases del Derecho Penal: Concepto y método*. 2. ed. Montevideo-Buenos Aires: B de F, 2003.
- MIRANDA, Pontes de. *Democracia, liberdade e igualdade: os três caminhos*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1979.
- MOCCIA, Sergio. De la tutela de bienes a la tutela de funciones: entre ilusiones postmodernas y reflujos iliberales. Trad. Ramon Ragués Vallès. *Política criminal y nuevo Derecho Penal. Libro homenaje a Claus Roxin*. Barcelona: José María Bosch Editor, 1997.
- MONTEIRO, Antonio Lopes. *Crimes hediondos: texto, comentário e aspectos polêmicos*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- MUÑOZ CONDE, Francisco. *Introducción al Derecho Penal*. Barcelona: Bosch, 1975.
- . *Direito Penal e controle social*. Trad. Cíntia Toledo Miranda Chaves. Forense.
- . As reformas da parte especial do Direito Penal espanhol em 2003: da ‘tolerância zero’ ao ‘Direito Penal do inimigo’. Trad. Themis Maria Pacheco de Carvalho. *Ciência Penais*, vol. 4. São Paulo: RT, 2006.

- . Principios politicocriminales que inspiran el tratamiento de los delitos contra el orden socioeconómico en el proyecto de código penal español de 1994. *Revista Brasileira de Ciência Criminais*, n. 11. São Paulo: RT, 1995.
- . Derecho Penal y Control Social, Editorial Temis, Santa Fé de Bogotá, 1999.
- NORONHA, Edgard Magalhães. *Direito penal*. 30. ed. São Paulo: Saraiva, 1993.
- . Crime (Teoria geral). *Enciclopédia Saraiva do Direito*, v. 21. São Paulo: Saraiva, 1977.
- NUCCI, Guilherme de Souza. *Individualização da pena*. São Paulo: RT, 2004.
- . *Leis penais e processuais penais comentadas*. São Paulo: RT, 2006.
- OLIVEIRA, Antonio Claudio Mariz de. Reflexões sobre os crimes econômicos. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n. 11. São Paulo: RT, 1995.
- OLIVEIRA, Fábio Corrêa Souza de. *Por uma teoria dos princípios – O princípio constitucional da razoabilidade*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.
- OLIVEIRA, William Terra de. Algumas questões em torno do novo Direito Penal Econômico. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n. 11. São Paulo: RT, 1995.
- PALAZZO, Francesco C. *Valores constitucionais e Direito Penal*. Trad. Gérson Pereira dos Santos. Porto Alegre: SAFE, 1989.
- PASCHOAL, Janaina Conceição. *Constituição, criminalização e Direito Penal mínimo*. São Paulo: RT, 2003.
- PEÑA CABRERA, Raul. El bien jurídico en los delitos económicos (con referencia al Código Penal peruano). *Revista Brasileira de Ciência Criminais*, n. 11. São Paulo: RT, 1995.
- PEÑARANDA RAMOS, Enrique; CANCIO MELIÁ, Manuel; SUÁREZ GONZÁLEZ, Carlos. *Um novo sistema do Direito Penal*. Trad. André Luis Callegari e Nereu José Giacomolli. Barueri: Manole, 2003.
- PEREIRA, Rui. Perspectivas de luta contra a criminalidade económica. <<
<http://www.mj.gov.pt/sections/justica-e-tribunais/justica-criminal/unidade-de-missao-para/comunicacoes/criminalidade-econo>>> Acesso em 14 de outubro de 2006.
- PIERANGELI, José Henrique; ZAFFARONI, Eugenio Raul. *Manual de Direito Penal brasileiro: Parte geral – Volume 1*. 6. ed. São Paulo: RT, 2006.
- PIMENTEL, Manoel Pedro. Crime (Conceito). *Enciclopédia Saraiva do Direito*, v. 21. São Paulo: Saraiva, 1977.
- PRADO, Luiz Regis. *Bem jurídico-penal e Constituição*. 3. ed. São Paulo: RT, 2003.
- . *Comentários ao Código Penal*. 3. ed. São Paulo: RT, 2006.

- . *Curso de Direito Penal brasileiro – Parte geral*. 6. ed., vol. 1. São Paulo: RT, 2006.
- . *Direito Penal do ambiente: meio ambiente, patrimônio cultural, ordenação do território, Biossegurança (com a análise da Lei 11.105/2005)*. São Paulo: RT, 2005.
- . Teoria dos fins da pena: breves reflexões. *Ciências Penais*. n. 00, 2004. p. 143.
- ; CARVALHO, Érika Mendes de. *Teorias da imputação objetiva do resultado: uma aproximação crítica a seus fundamentos*. 2. ed. São Paulo: RT, 2006.
- ; CARVALHO, Érika Mendes de. A imputação objetiva no Direito Penal brasileiro. *Ciências Penais*, n. 3. São Paulo: RT, 2005.
- PODVAL, Roberto; RIZZO, Beatriz Dias. Corrupção: uma crítica da razão punitiva. In: D'AVILA, Fabio Roberto e SOUZA, Paulo Vinicius Sporleder de (Coords.). *Direito Penal secundário: estudos sobre crimes econômicos, ambientais, informáticos e outras questões*. São Paulo - Coimbra: RT - Coimbra Editora (Co-edição), 2006.
- POLETTI, Ronaldo Rebello de. O avanço do *common law* (falso ou verdadeiro?) e o recuo do romanismo na América Latina: um projeto de pesquisa: o caso brasileiro. *Notícia do Direito Brasileiro*. Brasília, n. 5, 1998. p. 133.
- QUEIROZ, Paulo de Souza. *Do caráter subsidiário do Direito Penal. Lineamentos para um Direito Penal mínimo*. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.
- . *Funções do Direito Penal*. 2. ed. São Paulo: RT, 2005.
- . A justificação do direito de punir na obra de Luigi Ferrajoli: algumas observações críticas. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n. 27. São Paulo: RT, 1999.
- QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. Responsabilidade penal das pessoas jurídicas. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n. 45. São Paulo: RT, 2003.
- REALE, Miguel. Lições Preliminares de Direito. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- . Eficácia (Filosofia do Direito). *Enciclopédia Saraiva do Direito*. São Paulo: Saraiva, 1977. v. 30.
- REALE JR., Miguel. *Instituições de Direito Penal*. Parte geral. Rio de Janeiro: Forense, 2002, vol. 1.
- . Despenalização no Direito Penal econômico: uma terceira via entre o crime e a infração administrativa? *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. São Paulo: RT, 1999.
- . Razão e subjetividade no Direito Penal. *Ciências Penais*. n. 00, 2004. p. 226.
- . A responsabilidade penal da pessoa jurídica. In: PRADO, Luiz Regis (Coord.) *Responsabilidade penal da pessoa jurídica: em defesa do princípio da imputação penal subjetiva*. São Paulo: RT, 2001.

- . *Teoria do delito*. 2. ed. São Paulo: RT, 2000.
- . Meio ambiente e Direito Penal brasileiro. *Ciências Penais*, n. 2. São Paulo: RT, 2005.
- RIZZO, Beatriz Dias; PODVAL, Roberto. Corrupção: uma crítica da razão punitiva. In: D'AVILA, Fabio Roberto e SOUZA, Paulo Vinicius Sporleder de (Coords.). *Direito Penal secundário: estudos sobre crimes econômicos, ambientais, informáticos e outras questões*. São Paulo - Coimbra: RT - Coimbra Editora (Co-edição), 2006.
- ROBERTI, Maura. *A intervenção mínima como princípio no Direito Penal brasileiro*. Porto Alegre: SAFE.
- ROCHA, Fernando A. N. Galvão da. Imputação objetiva nos delitos omissivos. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n. 33. São Paulo: RT, jan.-mar. 2001, p. 101 a 119.
- ROSS, Alf. *Tû-Tû*. Trad. Edson L. M. Bini. São Paulo: Quartier Latin, 2004.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. Trad. Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- ROXIN, Claus. *Funcionalismo e imputação objetiva no Direito Penal*. Trad. Luís Greco. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.
- . *A proteção de bens jurídicos como função do Direito Penal*. Trad. André Luís Callegari e Nereu José Giacomolli. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.
- . *La evolución de la política criminal, el Derecho Penal u el proceso penal*. Valencia: Tirant lo Blanc, 2000.
- . *Problemas fundamentais de Direito Penal*. Trad. Ana Paula dos Santos Luis Natscheradetz. Lisboa: Vega, [s.d].
- . *Política criminal y sistema del derecho penal*. 2. ed. Trad. Francisco Muñoz Conde. Buenos Aires: Hammurabi, 2006.
- . *Política criminal e sistema jurídico penal*. Trad. Luís Greco. São Paulo: Renovar, 2000.
- . *Estudos de Direito Penal*. Trad. Luís Greco. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.
- RUSCONI, Maximiliano Adolfo. Principios fundamentales del Derecho Penal en una sociedad democratica. *Justicia y derechos humanos*. Lima: CEAS, 1999.
- SÁ, Alvino Augusto de. Prisionização: um dilema para o cárcere e um desafio para a comunidade. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n. 21. São Paulo:RT, 1998.
- SALAZAR, Pedro; CARBONELL, Miguel. *Garantismo. Estudios sobre el pensamiento jurídico de Luigi Ferrajoli*. Madrid: Trotta, 2005.

- SÁNCHEZ MARTÍNEZ, Olga. *Los principios en el Derecho y la dogmática penal*. Madrid: Dykinson, 2004.
- SANTANA, Selma Pereira de. A reparação como sanção autônoma e o Direito Penal secundário. In: D'AVILA, Fabio Roberto e SOUZA, Paulo Vinicius Sporleder de (Coords.). *Direito Penal secundário: estudos sobre crimes econômicos, ambientais, informáticos e outras questões*. São Paulo: RT - Coimbra Editora (Co-edição), 2006.
- SANTOS, André Leonardo Copetti. *Direito Penal e estado democrático de direito*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.
- SBARDELOTTO, Fábio Roque. *Direito Penal no Estado Democrático de Direito*. Livraria do Advogado.
- SCHÜNEMANN, Bernd. O Direito Penal é a *ultima ratio* da proteção de bens jurídicos! – Sobre os limites invioláveis do Direito Penal em um Estado de Direito liberal. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. n. 53, 2005. p. 9.
- . *Temas actuales y permanentes del Derecho Penal después del milenio*. Madrid: Tecnos, 2002.
- SCHWARTZ, Germano André D. O garantismo sob uma perspectiva sistêmica. *Revista Ibero-americana de Ciências Penais*. Porto Alegre, v. 2, n. 4, 2001. p. 33.
- SHECAIRA, Sérgio Salomão. *Criminologia*. São Paulo: RT, 2004.
- . Circunstâncias do crime. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n. 23. São Paulo: RT, XXXX, p. 67 a 80.
- . *Responsabilidade penal da pessoa jurídica*. 2. ed. São Paulo: Método, 2003.
- SILVA, Ângelo Roberto Ilha da. *Dos crimes de perigo abstrato em face da Constituição*. São Paulo: RT, 2003.
- SILVA, Américo Luís Martins da. *Direito do meio ambiente e dos recursos naturais*. v. 1. São Paulo: RT, 2004.
- SILVA, Christine Oliveira Peter da. *Hermenêutica de direitos fundamentais*. Brasília: Brasília Jurídica, 2005.
- SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional positivo*. 17.ed. São Paulo: Malheiros, 2000.
- . Democracia, segurança e garantismo. *Notícia do Direito Brasileiro*. Brasília, n. 7, 2000.
- SILVA, José Geraldo da. *Teoria do crime*. 2. ed. Campinas: Millennium, 2002.
- SILVA, Marcelo Rodrigues da. Fundamentos constitucionais da exclusão da tipicidade penal. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n. 45. São Paulo: RT, 2003. p. 159-185.

SILVA, Pablo Rodrigo Alflen da. Aspectos críticos do Direito Penal na sociedade do risco. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n. 46. São Paulo: RT, 2004. p. 73-93.

SILVA, Tadeu A. Dix. Globalização e Direito Penal brasileiro: acomodação ou indiferença? *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n. 23. São Paulo: RT, p. 159-185.

SILVA SÁNCHEZ, Jesús María. *Política criminal y nuevo Derecho Penal: libro homenaje a Claus Roxin*. Barcelona: José María Bosch Editor, 1997.

———. *A expansão do Direito Penal: aspectos da política criminal nas sociedades pós-industriais*. Trad. Luiz Otavio de Oliveira Rocha. São Paulo: RT, 2002.

———. *Aproximación al Derecho Penal contemporáneo*. Barcelona: JM Bosch Editor, 1992.

———. *Eficiência e Direito Penal*. Barueri, SP: Manole, 2003.

———. El derecho penal ante la globalizacion y la integracion supranacional. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n. 24. São Paulo: RT, 1998, p. 67-80.

SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. *Direito Penal econômico como Direito Penal de perigo*. São Paulo: RT, 2006.

———. *Direito penal supra-individual. Interesses difusos*. São Paulo: RT, 2003.

———. Da verdade dada à verdade buscada. *Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais*, v. 8, n. 101. São Paulo, abr. 2001, p. 12-14.

———. A construção do bem jurídico espiritualizado e suas críticas fundamentais. *Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais*, v. 10, n. 122. São Paulo, jan. 2003, p. 14-15.

SMANIO, Gianpaolo Poggio. O conceito de bem jurídico penal difuso. *Notícias Forenses Online* (<http://www.noticiasforenses.com.br/>) Agosto de 2004. Acesso em 19 de setembro de 2006, às 11:00am.

SOUSA, Susana Aires de. *Os crimes fiscais: análise dogmática e reflexão sobre a legitimidade do discurso criminalizador*. Coimbra: Coimbra Editora, 2006.

SOUZA, Paulo Vinicius Sporleder de. O meio ambiente (natural) como sujeito passivo dos crimes ambientais. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n. 50. São Paulo: RT, 2004.

STOCO, Rui. Abuso do poder econômico e sua repressão (mecanismos penais e administrativos). *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n. 11. São Paulo: RT, 1995.

STRATENWERTH, Günther. *Derecho Penal: parte general*. vol. I. Trad. de la 2.^a edición alemana. Trad. Gladys Romero. Madrid: Edersa, 1982.

STRECK, Lenio Luiz. Crise (s) paradigmática (s) no direito e na dogmática jurídica: dos conflitos interindividuais aos conflitos transindividuais: A encruzilhada do Direito Penal e

as possibilidades da justiça consensual. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n. 28. São Paulo: RT, 1999.

SUÁREZ GONZÁLEZ, Carlos; CANCIO MELIÁ, Manuel; PEÑARANDA RAMOS, Enrique. *Um novo sistema do Direito Penal*. Trad. André Luis Callegari e Nereu José Giacomolli. Barueri: Manole, 2003.

SZNICK, Valdir. *Comentários à Lei dos Crimes Hediondos*. São Paulo: Leud, 1993.

TAVARES, Juarez. A globalização e os problemas de segurança pública. In: Stephan Hollensteiner (Org.). *Estado e Sociedade Civil no Processo de Reformas no Brasil e na Alemanha: Contribuições do Seminário para Ex-Bolsistas de Direito*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

_____. *Teorias do delito – Variações e tendências*. São Paulo: RT, 1980.

_____; CERVINI, Raúl;. *Princípios de cooperação judicial penal internacional no protocolo do Mercosul*. São Paulo: RT, 2000.

TELLES JÚNIOR, Goffredo. *Tratado da consequência: curso de lógica formal com uma dissertação preliminar sobre o conhecimento humano*. São Paulo: José Bushatsky, 1962.

TEMER, Michel. *Elementos de Direito Constitucional*. 15. ed. São Paulo: Malheiros, 1999.

TOLEDO, Francisco de Assis. *O erro no Direito Penal*. São Paulo: Saraiva, 1977.

_____. *Princípios básicos de Direito Penal*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1987.

TOURINHO NETO, Fernando da Costa; FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias. *Juizados Especiais Estaduais Cíveis e Criminais: Comentários à Lei 9.099/95*. 4. ed. São Paulo: RT, 2005.

TOZZINI, Carlos A. *Garantías constitucionales en el Derecho Penal*. Buenos Aires: Hammurabi, 2005.

VIEIRA DE ANDRADE, José Carlos. *Os direitos fundamentais na Constituição portuguesa de 1976*. 3. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2004.

VIVES ANTÓN, Tomás S.; COBO DEL ROSAL, Manuel. *Derecho Penal: parte general*. 5. ed. Valencia: Tirant lo Blanch, 1999.

WELZEL, Hans. *Derecho penal alemán*. 4. ed. Trad. Juan Bustos Ramírez y Sergio Yáñez Pérez. Santiago: Editorial Jurídica de Chile, 1993.

_____. *O novo sistema jurídico-penal. Uma introdução à doutrina da ação finalista*. Trad.: Luiz Regis Prado. São Paulo: RT, 2001.

YACOBUCCI, Guillermo Jorge; GOMES, Luiz Flávio. *As grandes transformações do Direito Penal tradicional*. São Paulo: RT, 2005.

- YAROCHEWSKY, Leonardo Isaac. A influência da teoria dos sistemas de Niklas Luhmann na teoria da pena. *Ciências Penais*, n. 0. São Paulo: RT, 2004.
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Tratado de Derecho Penal*. Buenos Aires: Ediar, 1987. v. 2.
- . La culpabilidad en el siglo XXI. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n. 28. São Paulo: RT, 1999.
- . *En busca de las penas perdidas: deslegitimación y dogmática jurídico-penal*. Bogotá: Temis, 1990.
- ; PIERANGELI, José Henrique. *Manual de Direito Penal brasileiro: Parte geral – Volume 1*. 6. ed. São Paulo: RT, 2006.
- ZÚÑIGA RODRÍGUES, Laura del Carmen. Bases para un modelo de imputación de responsabilidad penal a las personas jurídicas. Navarra: Aranzadi, 2000.